

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA DA 73ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 06/07/2016

Proposta de Pauta:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da ata da 72ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	9.00	Informes da Secretaria Executiva	Miriam Fuckner
5	9.10	Informes sobre a conferência nacional de ATER	Amadeu Bonato - DESER
6	9.20	Juventude Rural e Sucessão Familiar	Alexandre Leal
7	10.00	Informes da Câmara Técnica de Crédito Fundiário	Marcio Silva
08	10.30	Eleição de representante do CEDRAF para o CONDRAF	Miriam Fuckner
09	10.50	Seminário de Boas Práticas 2016	Miriam Fuckner
10	11.00	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
11	11.15	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
12	11.40	Assuntos Gerais	
13	12.30	Encerramento	

1 Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, realizou-se a septuagésima terceira reunião do Cedraf, nas
2 dependências do Instituto Emater no município de Curitiba – Paraná. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram
3 presentes vinte conselheiros. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Bernardo Vergopolen – FETRAF; Maiko Zanella –
4 OCEPAR; Nilton Agner Junior – Rede Ecovida; Elias Penna – ARCAFAR; Luiz Vanderlei Kawa – AMP; Ivo Barreto
5 Melão – Câmara Agroecologia; Alexandre Leal dos Santos – Rep. Juventude; Luis Carlos Costa – CEAGRO; Amadeu
6 Antonio Bonato – DESER; Paulo Roberto Sanitá – COLEGIADO TERRITORIAL; Maria da Aparecida Geffer – Rep. das
7 Mulheres; Luiz L. Tomacheski – CRESOL; Andréia Claudino – SEBRAE - PR. **Conselheiros do poder público:** Vera
8 Lucia Ferreira - MAPA, José da Encarnação Leitão – SFA/PR, Norberto Anacleto Ortigara – SEAB, Antonio Marciel
9 B. Machado – EMBRAPA, Benedito Luiz de Almeida – EMATER, Eloir Carlos Grande – SETI, Adelar A. Motter –
10 IAPAR. Participou ainda o suplente do MAPA Daniel Martins Bressan e **como convidados:** Carlos Roberto
11 Bittencourt – Seab, Leticia Kawa – AMCESPAR; Antonio Ricardo Neto – Território Integração Norte Pioneiro; Javier
12 Alfonso – Fórum de Entidades de ATER NÃO GOV; Haroldo Ferreira de Carvalho e Clarival Breda, ambos do
13 Território Litoral. **Faltas justificadas:** SEED, SEMA/IAP, CONAB, SICRED, FETAEP, Fórum de Entidades de ATER Não
14 Governamental. **Faltas sem justificativas:** SEPL, ALEP, INCRA, APPA, CCA, FAEP, Federação dos Pescadores, FEPAR,
15 Representantes dos Quilombolas, Rede Puxirão e Unicafe. Compôs a mesa o Presidente do Cedraf Norberto
16 Ortigara e a Secretária Executiva do conselho Miriam Fuckner. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O
17 Presidente Norberto fez a abertura da reunião e em seguida apresentou a pauta que foi aprovada pelo plenário
18 do Conselho. **Item 3. Aprovação da ata da 72ª Reunião do CEDRAF** que foi enviada anteriormente por meio
19 eletrônico, foi aprovada sem alterações. **Item 4. Informes da Secretaria Executiva** Miriam apresentou os
20 comunicados de faltas justificadas e o afastamento dos conselheiros Edmir Manoel Ferreira da Federação dos
21 Pescadores e Misael Jefferson Nobre da Rede Puxirão, que estão concorrendo ao pleito municipal que ocorre este
22 ano. Seus suplentes devem continuar representando as entidades, mas não se fizeram presentes nesta reunião.
23 Informou que logo após a conferência estadual encaminhou as moções para as entidades responsáveis pelos
24 temas, tendo recebido retorno do Ministério da Educação manifestando-se sobre as ações realizadas em apoio à
25 continuidade e ampliação dos núcleos de agroecologia existentes nas universidades e nos institutos federais. A
26 outra correspondência recebida foi da SEED referente às Casas Familiares Rurais na qual informa que o Paraná é o
27 estado que mais tem casas familiares rurais, existindo uma preocupação em manter esse tipo de ensino de
28 alternância. **Item 5. Informes sobre a conferência nacional de ATER** Amadeu Bonato que também é conselheiro
29 do CONDRAF relatou que a conferência de ATER teve um processo preparatório bastante intenso, acima das
30 expectativas, ocorrendo conferência estadual em todos os estados e territoriais em todos os territórios rurais,

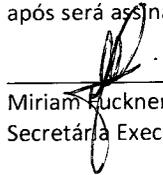
R

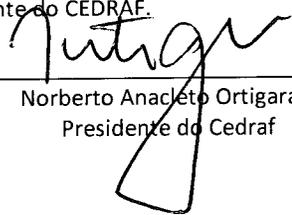
31 envolvendo em torno de quarenta mil pessoas nesse debate sobre a ATER, e isso demonstra que o tema é
32 bastante importante para a agricultura familiar. A etapa nacional que ocorreu no período de trinta e um de maio
33 a três de junho, em um momento político delicado, pode ser avaliada como um ato político e também como um
34 processo de debate sobre a ATER com as deliberações sobre o tema. Como ato político foi um ato de protesto e
35 resistência contra o governo federal. No dia anterior à Conferência houve reunião do CONDRAF para encaminhar
36 questões práticas, sendo que os representantes do governo federal não compareceram, mas a participação da
37 sociedade civil garantiu o quorum. Como a presidência do CONDRAF e consequentemente da Conferência estava
38 vacante, a plenária do conselho elegeu uma diretoria provisória formada por três representantes da sociedade
39 civil - CONTAG, FETRAF e Cáritas/CNBB, os quais tocaram a conferência e irão realizar o processo eletivo do
40 CONDRAF. A conferência transcorreu conforme havia sido programado, sendo que Amadeu destacou três coisas
41 importantes em sua opinião: esta foi uma conferência de afirmação das mulheres, não apenas quanto a presença,
42 mas nas deliberações; do despontar da juventude, também não apenas pela presença mas pela qualidade na
43 participação e que as resoluções foram aprovadas em caráter de deliberação, orientando a ATER dos próximos
44 anos. Como resultado final saíram dois documentos que é o das propostas aprovadas na plenária e uma carta
45 política, sendo que os mesmos foram encaminhados pela Secretaria Executiva aos conselheiros do CEDRAF.
46 Amadeu destacou entre as propostas aprovadas a criação do Sistema de ATER e do fundo de financiamento com
47 controle social. O presidente do CEDRAF manifestou-se positivamente em relação a este aspecto, destacando as
48 dificuldades que os Estados apresentam no custeio da prestação deste serviço. **José da Encarnação Leitão**
49 complementou o relato do Amadeu e destacou que a metodologia ficou falha não pela forma de eleição das
50 propostas, mas principalmente porque faltou explicar aos participantes como se daria o processo em cada etapa.
51 **Miriam Fuckner** manifesta que existe o comprometimento para encaminhamento das propostas da conferência,
52 sendo que a discussão e aprofundamento do debate devem acontecer na sequência no CONDRAF. Amadeu ainda
53 trouxe uma informação complementar referente ao pagamento dos contratos, afirmando que estes começaram a
54 ser feitos, embora de forma seletiva. **Cida Geffer** destaca sobre a participação das mulheres na CNATER e diz que
55 no Paraná há necessidade de organizar este público nos territórios, que é onde se debatem as políticas locais e de
56 onde deve vir a representação no CEDRAF. **Item 6. Juventude Rural e Sucessão Familiar** Alexandre Leal
57 representante da juventude no CEDRAF faz um relato geral a respeito do Plano Nacional de Juventude Rural, que
58 foi lançado juntamente com o Plano Safra. Destaca que ele participou nas oficinas de elaboração do Plano
59 Nacional representando os três estados do sul, assim como participou na Conferência da Juventude, onde houve
60 uma expressiva participação do segmento rural. Diz que quando se fala de sucessão familiar existem alguns eixos
61 estruturantes que precisam ser tratados, como o acesso à terra, sindicalização, acesso ao crédito, crédito
62 fundiário, trabalho e renda, associativismo, cultura e lazer, esporte. Dados do estado de Santa Catarina indicam
63 que mais de quarenta mil propriedades não tem garantia de sucessão, e que estão investigando estes dados no
64 Paraná. Na opinião de Alexandre o estado do Paraná, comparativamente com outros, é o que está mais avançado
65 na questão da sucessão rural, o governador assinou o decreto que institui um grupo de trabalho, para elaborar o
66 plano estadual de sucessão rural. Tanto no plano nacional como no estadual serão propostas melhorias nas
67 políticas públicas já existentes, visando atender as demandas dos jovens que pretendem ficar nas propriedades
68 rurais. A assistência técnica e extensão rural é um diferencial na sucessão, quando dirigida à família, levando
69 alternativas de geração de renda, é comprovado que os pais e os filhos se interessam na continuidade da
70 propriedade. Alexandre diz que tanto no plano estadual como o nacional devem conter ações concretas que
71 tragam resultados, com políticas públicas que de fato contribuam para o jovem ficar no campo, pois o que ele
72 quer é renda. **Amadeu Bonato** manifesta que em sua opinião precisa debater políticas que criem condições para
73 a juventude optar pelo rural. Destaca que em estudo feito nas regiões com chamada pública verificou uma
74 acentuada presença da juventude, sendo que na Região Centro Sul vinte e cinco por cento da população é jovem
75 de quinze a vinte e nove anos e que em seis por cento das famílias pesquisadas houve retorno do jovem para o
76 campo. **Paulo Sanitá** chama a atenção para a necessidade de haver uma preocupação com a sucessão nas
77 entidades, como sindicatos, associações e cooperativas. **Adelar Motter** sugere a pesquisa em estudos diversos
78 que apontam fatores motivacionais para permanência e saída dos jovens do meio rural, sendo que a renda é fator
79 preponderante, mas não somente esta, e que o gráfico histórico é de esvaziamento. Em sua opinião o foco deve
80 ser a qualidade de vida, pois o alimento será produzido, seja no modelo americano, de um rural sem gente ou no
81 francês, com gente. Na França quem está no rural foi para o urbano buscar formação e retornando passa a atuar
82 em um mercado diferenciado que resulta em qualidade de vida e ambiental. No Brasil a tendência da política
83 macro é seguir o modelo americano. **Andreia Claudino** manifesta que vem percebendo que quando são
84 apresentadas alternativas de agregação de valor, pensando em relação direta com o mercado os jovens começam
85 a se enxergar fazendo algo diferente, talvez seja uma ideia para esse grupo de trabalho propor uma diversificação
86 nas atividades, porque talvez o jovem não queira ficar fazendo mais do mesmo. **Item 7. Informes da Câmara
87 Técnica de Crédito Fundiário** Marcio Silva apresentou o Plano Operativo Anual do Crédito Fundiário, para
88 apreciação dos conselheiros do CEDRAF, o qual foi construído em uma oficina realizada com a participação de
89 quarenta e cinco pessoas, representantes da Fetaep, Fetraf, Emater, Seab e apreciado na Câmara Técnica de

90 Crédito Fundiário, cuja matriz de pactuação e de metas foi enviada aos conselheiros pela Secretaria Executiva.
91 Além do POA Marcio apresentou o desempenho do Programa em 2015, destacando os gargalos na execução do
92 mesmo, informou sobre mudanças ocorridas no PNCF, através do Decreto 8.500 de 12/08/2015 e sobre a
93 renegociação de dívidas como constam nas Resoluções 4.029/11, 4.178/13 e 4.450/15. Também fez
94 esclarecimentos sobre o parecer eletrônico, o qual havia sido tratado na reunião anterior. **Bernardo Vergopolen**
95 se referiu à necessidade de aumentar o valor do financiamento, à prestação do serviço de Ater, sendo que a
96 ausência deste reflete no índice de inadimplência. Faz destaque para a necessidade de contratação de técnicos
97 para Emater, entidade que tem a responsabilidade de prestar Ater na fase dois do PNCF, sendo que esta carência
98 de profissionais reflete também na divulgação e informação ao beneficiário do PNCF. Argumenta que o CEDRAF
99 deve fazer algo concreto em relação a este tema envolvendo todas as entidades. **Alexandre Leal** diz que existe
100 uma demanda grande para acessar o PNCF, mas que os interessados estão aguardando o reajuste dos valores. O
101 Presidente **Norberto** aponta que o valor das terras no Paraná é mais alto, e que precisa haver uma negociação
102 com quem define a política. **Marcio Silva** relata que um dos encaminhamentos da oficina para elaboração do
103 POA, foi o de criar um Fundo Estadual de Terras que pudesse complementar estes recursos ou apoiar outro tipo
104 de infraestrutura. O **Secretário Norberto** diz que vai analisar a possibilidade de incluir algum apoio através do
105 Fundo de Auxílio ao Combate à Pobreza, recentemente criado. Na sequência coloca o POA para apreciação do
106 plenário do CEDRAF, o qual foi aprovado por unanimidade. **Item 8. Eleição de representante do CEDRAF para o**
107 **CONDRAF** Miriam Fuckner informou que ocorreu uma reestruturação no CONDRAF através do Decreto 8.735, de
108 03/05/2016, e que a Resolução 115, de 26/04/2016, instituiu o Fórum Inter Conselhos de Desenvolvimento Rural,
109 como espaço de articulação e fortalecimento dos órgãos colegiados que tratam de desenvolvimento
110 rural sustentável, o qual é composto por um representante da sociedade civil e um representante do poder
111 público de cada colegiado estadual, eleitos entre os conselheiros que os compõem. Assim o CONDRAF solicita que
112 o CEDRAF indique dois representantes, sendo um do poder público e outro da sociedade civil, titulares e
113 suplentes. Colocou sua intenção de ser eleita para representante governamental, tendo em vista que como
114 Secretária Executiva poderá defender as questões do Paraná bem como manter o colegiado paranaense
115 informado sobre as decisões do CONDRAF. Informa que o prazo para esta indicação foi estipulado para dezoito de
116 junho, mas que estava aguardando a reunião do CEDRAF para esta definição. Como ainda não houve nenhuma
117 reunião do CONDRAF acredita que poderá indicar os nomes mesmo com o prazo vencido. O Presidente do
118 CEDRAF dá encaminhamento à questão abrindo para candidaturas, porém devido a ausência de algumas
119 entidades na reunião a plenária propõe adiar a eleição para a próxima reunião que ocorrerá em vinte e três de
120 agosto. Considerando a candidatura de Miriam Fuckner, coloca em aprovação do plenário, o qual acata a
121 proposta, ficando para escolher o suplente representante do poder público e o titular e suplente da sociedade
122 civil na próxima reunião. **Item 9. Seminário de Boas Práticas 2016** Miriam Fuckner informou que está previsto
123 para acontecer o Seminário de Boas Práticas 2016, em Brasília no mês de dezembro. A Câmara de Ater se reuniu,
124 montou uma comissão que está composta pela FETAEP, FETRAF, o Fórum de Entidades de ATER e o DESER, pelo
125 poder público estão a Emater, a Delegacia do MDA, a SEAB, o INCRA, sendo que todas as entidades de ATER
126 inscritas no SISATER, já foram informadas para se inscreverem. O prazo para apresentação das propostas é até
127 vinte de julho, sendo quinze categorias nas quais as entidades podem participar. **Item 10. Informes da Câmara**
128 **Técnica de Credenciamento de Ater** nesse período houve o credenciamento da UNITAGRI Cooperativa de
129 Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais do município de Comburui/SC, e a prorrogação da
130 Associação Terceira Via do município de Janiópolis. **Item 11. Informes do Secretário da Agricultura e do**
131 **Abastecimento e Presidente do CEDRAF:** Norberto Ortigara relata sobre a aquisição com recursos do Banco
132 Mundial e a distribuição de nove patrulhas compostas por patola, esteira, retro escavadeira hidráulica, rolo,
133 quatro caminhões e um caminhão tanque que irá atender os consórcios municipais da parte mais pobre do
134 estado do Paraná. Dando continuidade a uma parceria da União, através do MDA com os Estados, também foi
135 entregue um conjunto de novecentos e setenta equipamentos de agroindústria que vão contribuir na
136 estruturação de assentamentos rurais. Destacou que o Iapar lançou o trigésimo sétimo cultivar de feijão do grupo
137 carioca, denominada Celeiro, resistente ao mosaico dourado, sendo este um avanço muito importante, após
138 quase trinta e cinco anos de pesquisa para solucionar um problema sério do feijoeiro. Lembrou que o Plano Safra
139 2016/17 já está em andamento, embora com o dinheiro um pouco mais curto do que foi anunciado, mas com
140 garantia dos bancos que não faltara recursos para financiar as safras agrícolas. Mencionou também que no ano
141 passado o valor da produção agrícola do Paraná, obteve um crescimento real de quatro por cento. Informa que
142 foram destinados quatro milhões de reais para complementar a subvenção ao prêmio do seguro rural. Com a
143 mudança ocorrida na lei de licitações do Estado, agora existe a possibilidade de apoiar a estruturação de
144 pequenas cooperativas da agricultura familiar, conforme os termos da legislação federal. Mencionou ainda o
145 Programa Renda Agricultor o qual beneficiara famílias rurais cadastradas no CadÚnico, em situação de
146 vulnerabilidade social. Anunciou a contratação de cento e quarenta e três profissionais para a Emater. **Item 12.**
147 **Assuntos Gerais: Ivo Barreto Melão** representante da Câmara Técnica de Agroecologia expôs que as escolas
148 estaduais não estão recebendo merenda escolar orgânica, e apresenta uma deliberação daquela Câmara,

P

1 referente ao edital da chamada pública do PNAE Estadual, sendo que houve uma inversão nos critérios de
2 desempate, desclassificando a AOPA e classificando outras entidades que não produzem alimentos
3 agroecológicos. A Câmara encaminhou um ofício solicitando intervenção do CEDRAF no sentido de tentar reverter
4 este processo, o qual foi recebido pelo Presidente que se comprometeu em tratar a questão no âmbito
5 administrativo entre SEAB e SEED, buscando solucionar a questão, uma vez que o Estado lamenta o fato de não
6 poder adquirir alimentos orgânicos para a merenda escolar, assim como o fato de não haver volume suficiente
7 para atender toda a demanda. **José da Encarnação Leitão** que permanece delegado interino na Delegacia do MDA
8 no Paraná, informa que a estrutura do MDA está inserida na Secretaria Especial da Agricultura Familiar e
9 Desenvolvimento Agrário, dentro da Casa Civil. Todos os chefes de departamento foram exonerados, mas estão
10 em andamento os programas que estão estruturados e possuem parceiros envolvidos. No âmbito nacional a
11 Diretoria do INCRA está composta e as superintendências estaduais começam a ser estruturadas. Os fiscais
12 continuam trabalhando na parte de ATER, na eminência de parar, uma vez que não estão podendo viajar, para
13 fazer o trabalho a campo. **Item 13. Encerramento:** Sem mais nada a declarar o Presidente encerrou a reunião
14 agradecendo a presença dos conselheiros e convidados desejando um bom retorno a todos. Eu Miriam Fuckner
15 Secretária Executiva redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e
16 após será assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

17
18
19 
20 Miriam Fuckner
Secretária Executiva do Cedraf


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Cedraf

